

A intersecção entre cultura, identidade e planejamento urbano: o caso de Boa Vista, Roraima, no contexto da Amazônia

The Intersection of Culture, Identity, and Urban Planning: The Case of Boa Vista, Roraima within the Amazonian Context

Raíssa Fim Almeida¹ 

Rachel Camargo de Pinho² 

Meire Joisy Almeida Pereira³ 

Palavras-chave

Gestão Territorial
Urbanização na Amazônia
Desenvolvimento Sustentável
Saberes Tradicionais
Sustentabilidade

Resumo

Esta pesquisa analisou as relações entre cultura, identidade e planejamento urbano em Boa Vista, Roraima. O estudo se baseou na ideia de que o planejamento urbano ultrapassa a estrutura espacial das cidades, e exerce influência sobre os elementos culturais e sociais, particularmente na região amazônica. O objetivo foi analisar como as forças culturais locais e as influências externas influenciaram o processo de urbanização e os obstáculos resultantes da especulação imobiliária e do sistema capitalista. A abordagem foi fundamentada em uma análise crítica da literatura, abrangendo pesquisas sobre sustentabilidade, planejamento urbano e práticas ancestrais de manejo do solo na Amazônia. Essas pesquisas ajudaram a entender a conexão entre povos tradicionais e território, mostrando como a urbanização acelerada impactou negativamente a sustentabilidade e a qualidade de vida. Os resultados indicaram que a expansão desordenada de Boa Vista desprezou os saberes tradicionais, o que resultou em degradação do meio ambiente. A exploração intensiva dos recursos naturais levou à diminuição da biodiversidade, contaminação dos rios e marginalização das comunidades indígenas. Concluiu-se que incorporar práticas tradicionais ao planejamento urbano poderia fomentar um modelo de desenvolvimento mais sustentável e balanceado. Portanto, este estudo destacou a importância de um planejamento urbano que considere o meio ambiente e os saberes ancestrais, equilibrando avanço e conservação.

Keywords

Territorial Management
Urbanization in the Amazon
Sustainable Development
Traditional Knowledge
Sustainability

Abstract

This research analyzed the relationships between culture, identity, and urban planning in Boa Vista, Roraima. The study was based on the idea that urban planning transcends the spatial structure of cities and influences cultural and social elements, particularly in the Amazon region. The objective was to analyze how local cultural forces and external influences influenced the urbanization process and the obstacles resulting from real estate speculation and the capitalist system. The approach was grounded in a critical analysis of the literature, encompassing research on sustainability, urban planning, and ancestral land management practices in the Amazon. This research helped to understand the connection between traditional peoples and territory, showing how accelerated urbanization negatively impacted sustainability and quality of life. The results indicated that the disorderly expansion of Boa Vista disregarded traditional knowledge, resulting in environmental degradation. The intensive exploitation of natural resources led to a decrease in biodiversity, river contamination, and the marginalization of indigenous communities. It was concluded that incorporating traditional practices into urban planning could foster a more sustainable and balanced development model. Therefore, this study highlighted the importance of urban planning that considers the environment and ancestral knowledge, balancing advancement and conservation.

¹ Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, RR, Brasil. rayfim07@gmail.com

² Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, RR, Brasil. rachel.pinho@ufrr.br

³ Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, RR, Brasil. meire.joisy@ufrr.br

INTRODUÇÃO

Compreender a intersecção entre planejamento urbano, cultura e identidade exige reconhecer que esse processo não é isolado; ele deveria refletir as relações sociais e culturais que permeiam a vida urbana. Em regiões como a Amazônia, onde essas dimensões se entrelaçam profundamente, o planejamento deve ser um meio para alcançar um crescimento ordenado e sustentável, respeitando a identidade cultural das comunidades.

A análise da obra de Eagleton (2003) revela que a cultura tem um papel fundamental na formação da organização das cidades, onde as práticas e modos de vida tradicionais ainda desempenham uma função central. Em Boa Vista, contudo, a tensão entre as tradições locais e as forças externas, como a especulação imobiliária e a migração, resulta em um crescimento urbano desordenado que compromete a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida.

Essa desordem se evidencia nos dados demográficos de Boa Vista da última década. Entre 2010 e 2022, a população passou de 284.313 para 413.486 habitantes, um aumento de 46% em um intervalo de 12 anos (IBGE, 2010; 2022). Projeções para 2024 indicam que o município pode ultrapassar 470 mil habitantes (IBGE, 2022). Esse crescimento acelerado, impulsionado pela migração interna e internacional – sobretudo de venezuelanos –, tem sobrecarregado a infraestrutura urbana. Como capital do estado, Boa Vista concentra cerca de 65% da população de Roraima e tem expandido seu território de forma desordenada, agravando a ocupação de áreas sensíveis, a degradação ambiental e as desigualdades que afetam, em especial, comunidades indígenas e tradicionais.

No município, destacam-se populações indígenas urbanas, sobretudo dos povos Macuxi e Wapichana, que mantêm vínculos culturais, políticos e territoriais com suas comunidades de origem, mesmo em contextos urbanos e periurbanos. Conforme Melo (2013; 2014) esses grupos atuam na defesa de seus direitos coletivos, valorização dos saberes tradicionais e luta por políticas públicas que respeitem suas especificidades socioculturais em cenário de crescente urbanização e invisibilidade institucional.

Nesse contexto, incorporar perspectivas críticas como as de Bispo dos Santos (2023) e Kopenawa (2023) é essencial para compreender a relação profunda entre povos tradicionais e território. Eles desafiam a visão ocidental que

trata o espaço apenas como um recurso econômico, ressaltando que a natureza é vital para sustentar identidades e culturas. A exploração desenfreada do meio ambiente, impulsionada pelo atual modelo de urbanização, acarreta degradação ambiental e marginalização das populações locais. Integrar essas vozes no debate sobre planejamento urbano possibilita entender melhor os impactos das decisões políticas e econômicas na vida das comunidades tradicionais promovendo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

A discussão sobre sustentabilidade torna-se fundamental. Os diferentes paradigmas que emergem no debate, desde o ecologismo conservador até a ecologia política, revelam a complexidade das interações entre desenvolvimento urbano e conservação ambiental. Estudos como os de Jatobá *et al.* (2009) revelam que a falta de uma abordagem integrada de sustentabilidade no planejamento urbano contribui para o agravamento das desigualdades sociais e para a degradação ambiental. O atual modelo de urbanização de Boa Vista ignora as necessidades das populações tradicionais, que dependem da terra e dos recursos naturais para sua subsistência, exacerbando conflitos sociais e ecológicos.

Por fim, a história ambiental e as práticas ancestrais de manejo dos recursos naturais, como abordado por Guimarães (2017; 2023) e Guida (2022), oferecem uma perspectiva rica para repensar a urbanização. As experiências dos povos indígenas e tradicionais na Amazônia, que desenvolveram formas sustentáveis de viver em harmonia com o meio ambiente, apresentam lições valiosas para o planejamento urbano contemporâneo. Reconhecer e valorizar essas práticas pode abrir caminho para um modelo de desenvolvimento que respeite tanto a cultura local quanto os ecossistemas, promovendo um equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Neste artigo, buscou-se explorar as interações entre cultura, identidade e planejamento urbano, especialmente no contexto de Boa Vista, Roraima, e oferecer uma reflexão abrangente sobre como as forças culturais locais e as influências globais moldam as práticas de urbanização, considerando as particularidades da região e os desafios impostos pelo modelo capitalista.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo adota abordagem qualitativa, de caráter interpretativo, estruturada conforme

Silveira (1992), a fim de integrar teoria, análise crítica e contextualização das práticas de urbanização e sustentabilidade no contexto amazônico. Fundamenta-se em uma revisão crítica da literatura, com seleção de obras por pertinência temática, priorizando estudos sobre cultura, identidade, planejamento urbano e saberes tradicionais. As buscas ocorreram nas bases Scielo, Google Scholar, Periódicos CAPES e acervos institucionais como Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com foco em publicações de 2003 a 2023, além de obras clássicas como Eagleton (2003), Hall (2006) e Laraia (2008). Ao todo, foram analisadas cerca de 45 fontes, com destaque para autores indígenas e estudiosos da Amazônia, a partir de descritores como “urbanização na Amazônia”, “planejamento urbano e sustentabilidade”, “saberes tradicionais”, “identidade cultural”, “território indígena” e “crescimento urbano em Boa Vista”. Buscou-se identificar tensões e convergências entre saberes tradicionais e modelos urbanos hegemônicos, especialmente em Boa Vista - RR.

CULTURA E IDENTIDADE NO CONTEXTO URBANO

O planejamento urbano é um processo técnico e político que tem como objetivo organizar e utilizar de forma eficiente o espaço das cidades, promovendo o crescimento ordenado, a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida dos moradores. Esse processo envolve a elaboração de estratégias voltadas para o uso adequado do solo, infraestrutura, transporte, habitação, serviços públicos e gestão ambiental. O objetivo é equilibrar crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, lidando com questões como a expansão urbana, mobilidade, gestão de recursos naturais e a segregação socioespacial (Felipe *et al.*, 2020).

Eagleton (2003) destaca que a cultura tem o poder de moldar a organização das cidades ao incorporar valores, práticas e identidades locais, algo especialmente relevante em um contexto amazônico, onde os modos de vida tradicionais desempenham um papel central. No entanto, em Boa Vista, Roraima, a influência da cultura e da identidade no planejamento urbano reflete tensões entre forças culturais locais e influências globais, que moldam as decisões políticas, econômicas e sociais, o que ocasiona um crescimento urbano desordenado, impulsionado por migrações e especulação imobiliária. Esse crescimento reflete o modelo

capitalista global de apropriação e uso do solo, além da exploração de recursos naturais, especialmente a água.

Sendo assim, esse processo de urbanização desconsidera a relação intrínseca das comunidades locais com o território, o que resulta em impactos ambientais severos. As áreas de expansão urbana, muitas vezes, situam-se em regiões ambientalmente sensíveis, como as margens dos corpos hídricos, levando à retirada da mata ciliar, poluição dos rios e igarapés, e assoreamento, além de afetar o regime de chuvas (Muniz *et al.*, 2017; Pinheiro *et al.*, 2012; Sander *et al.*, 2012). Essas práticas colocam em risco o equilíbrio ecológico e afetam tanto o meio ambiente quanto a qualidade de vida das populações locais.

Nesse contexto de urbanização, Hall (2006) complementa essa análise ao discutir como, no contexto de uma cidade em transformação, como Boa Vista, as identidades culturais são constantemente renegociadas, pressionadas por influências globais que se sobrepõem às tradições locais, fragmentando-as em um processo que não está isento de poder, dominação e resistência. Rodrigues (2018) ressalta que ao tratar dos problemas ambientais nas cidades, as populações mais vulneráveis são as mais afetadas e tidas como as principais culpadas desses problemas. No entanto a pobreza urbana, a falta de moradia adequada, a escassez da água, a falta de saneamento básico, a poluição do ar e o esgotamento de recursos naturais não são meramente questões locais, mas sim o resultado do processo mais amplo de produção e reprodução capitalista do espaço urbano.

Por fim, Laraia (2008) oferece uma visão antropológica da cultura, destacando que ela consiste em um conjunto de tradições, costumes, crenças e valores compartilhados por um grupo de pessoas e transmitidos de geração em geração. Embora, influenciada pelo ambiente, a cultura não é determinada por ele, e cada sistema cultural está em constante transformação, o que reflete as mudanças trazidas pela urbanização e pelas interações entre gerações. No caso de Boa Vista, a urbanização sem consideração adequada à cultura local e às suas identidades resulta em um processo insustentável, onde o crescimento econômico e social entra em conflito com a preservação das tradições e do meio ambiente.

A TERRA E O PAPEL DOS POVOS TRADICIONAIS

Bispo dos Santos (2023) e Kopenawa (2023) oferecem visões profundamente críticas sobre os impactos da urbanização e do modelo de progresso impostos às comunidades tradicionais e indígenas. Ambos os autores compartilham a perspectiva de que a natureza não é um recurso a ser explorado, mas um espaço vivo, repleto de significados culturais, espirituais e sociais, essencial para a manutenção das identidades coletivas.

Bispo dos Santos (2023) argumenta que a terra é mais do que um elemento material ou econômico, é um componente vital das relações de reciprocidade e sustentabilidade que mantém os povos tradicionais quilombolas e indígenas. De maneira semelhante, Kopenawa (2023) apresenta uma visão indígena que contrapõe o conceito ocidental de progresso ao modo de vida dos povos da floresta. A urbanização, com suas infraestruturas e práticas, devasta o ambiente e representa uma ameaça direta ao território físico e à integridade cultural e espiritual dos povos indígenas.

Nesse contexto, o avanço da urbanização e do capitalismo fazem parte da mesma dinâmica de destruição, onde a natureza é tratada como mercadoria e os modos de vida tradicionais são desvalorizados e/ou ignorados. O progresso urbano traz a destruição das florestas e dos rios, conforme visto na seção anterior, sendo esses espaços o lar dos espíritos e das vidas que os povos indígenas protegem (Kopenawa, 2023). Bispo dos Santos (2023) argumenta que esse processo pode ser visto como uma forma de violência que desfigura o equilíbrio entre o ser humano e o ambiente natural, sendo esta, uma concepção capitalista acerca da natureza, que desconsidera os laços profundos entre as comunidades tradicionais e seus territórios.

A urbanização desordenada não é percebida como progresso pelas comunidades indígenas, mas como uma ameaça existencial que explora de forma intensiva os recursos naturais, destrói matas, degrada ecossistemas e invisibiliza a cultura dessas comunidades e de povos tradicionais. Além disso, esse modelo capitalista de desenvolvimento urbano marginaliza e exclui aqueles que vivem em harmonia com a natureza, privilegiando apenas o lucro e o crescimento econômico de uma parcela pequena da população. Enquanto o progresso urbano é celebrado nas cidades como sinônimo de desenvolvimento, para os povos tradicionais ele significa a perda de território, cultura e

autonomia (Bispo dos Santos, 2023; Kopenawa, 2023).

A partir desses argumentos surgem os seguintes questionamentos: desenvolvimento para quem? Quais os custos reais? O que realmente significa progresso? Isso revela o conflito central no modelo de urbanização praticado na cidade. Em Boa Vista, o crescimento urbano é marcado pela falta de planejamento, o que resulta em impactos ambientais e sociais que afetam toda a sociedade, em especial os povos indígenas e povos tradicionais que vivem da terra. O modelo de desenvolvimento imposto segue a lógica capitalista que privilegia a especulação imobiliária e a exploração de recursos naturais e ignora as relações culturais dos povos tradicionais com o território. Esse processo de urbanização reflete uma visão de progresso que, ao invés de integrar as comunidades e suas práticas, impõe um modelo insustentável que compromete o equilíbrio ecológico e cultural da região (Becker, 2005).

Ainda no contexto do estado de Roraima, Santilli (2011) destaca o impacto devastador dos posseiros na área da Raposa Serra do Sol, tanto sobre o meio ambiente quanto sobre a cultura e identidade indígena. Ele discute como essa ocupação resultou em mudanças drásticas para o meio ambiente e para as culturas indígenas, com a imposição de práticas econômicas alheias, como a pecuária, que alteraram a paisagem e os modos de vida tradicionais. E critica o processo de exploração e descaracterização das terras, argumentando que, além dos danos ecológicos, houve uma perda cultural significativa. Ironicamente, após a demarcação das terras e a retirada dos posseiros, os indígenas foram ainda responsabilizados pelos danos ambientais causados durante anos de exploração imprópria e predatória do seu território.

Paralelamente, estudos como o de Oliveira *et al.* (2023) revelam que a preservação das práticas agrícolas tradicionais na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, tem sido essencial para a sustentabilidade e a autonomia alimentar dos povos indígenas. A diversidade agrícola mantida por essas comunidades reforça a segurança alimentar e a continuidade dos costumes indígenas, o que é um desafio atualmente, devido ao crescente contato com os povos não indígenas. Além de contribuir com a conservação ambiental, esse sistema tradicional de cultivo também se contrapõe ao modelo de desenvolvimento agroindustrial do agronegócio, que frequentemente ignora ou ameaça essas práticas em favor de métodos e infraestruturas que desconsideram a importância da

agrobiodiversidade para o equilíbrio ecológico e cultural da região.

PLANEJAMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE

De acordo com os argumentos de Jatobá *et al.* (2009) a sustentabilidade enfrenta o dilema de não ser plenamente integrada ao planejamento urbano no contexto de Boa Vista. Os autores destacam que existem diferentes visões de sustentabilidade, variando entre o ecologismo mais conservador, que foca na preservação ambiental de forma isolada, e a ecologia política, que entende a sustentabilidade de forma mais ampla, incorporando aspectos sociais, culturais e econômicos.

O dilema entre o ecologismo conservador, o ambientalismo moderado e a ecologia política surgem como ponto central do debate sobre sustentabilidade. O ecologismo conservador propõe uma visão em que o ser humano deve reduzir drasticamente sua intervenção na natureza, preservando os ecossistemas em seu estado mais puro, onde a atividade humana é vista como uma ameaça constante ao equilíbrio ambiental. Essa corrente tende a ignorar a realidade das comunidades que dependem dos recursos naturais para subsistência, criando uma visão idealizada da natureza que exclui o ser humano (Jatobá *et al.*, 2009).

Já o ambientalismo moderado reconhece o ser humano como parte integrante do ecossistema e argumenta que, embora não se possa eliminá-lo desse contexto, é necessário repensar suas ações para que causem o menor impacto possível ao meio ambiente. Por outro lado, essa corrente é criticada por adotar uma abordagem pragmática que, em certos contextos, legitima práticas de desenvolvimento que, a longo prazo, ainda são prejudiciais ao meio ambiente (Jatobá *et al.*, 2009).

Por sua vez, a ecologia política traz uma abordagem mais ampla, considerando que a relação entre seres humanos e natureza deve ser guiada não apenas pela conservação ambiental, mas também pela justiça social, pela integração de aspectos culturais, econômicos e territoriais (Jatobá *et al.*, 2009). Essa abordagem, porém, esbarra em dificuldades de implementação, especialmente em contextos em que interesses econômicos e políticos sobrepujam as demandas por justiça social e conservação ambiental (Rodrigues, 2018).

Assim, nenhuma dessas correntes oferece uma resposta completa, e a crítica reside na necessidade de uma abordagem mais dialógica,

que vá além das dicotomias entre conservação e uso dos recursos, reconhecendo a complexidade das interações humanas com o meio ambiente (Rodrigues, 2018). Portanto, o desafio reside em encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento, conservação e preservação, onde as práticas humanas possam coexistir de maneira sustentável com as demais formas de vida, sem comprometer o equilíbrio ecológico que sustenta a biosfera.

O planejamento urbano de Boa Vista, no entanto, ainda privilegia um modelo de desenvolvimento econômico que desconsidera as complexidades territoriais e os impactos socioambientais. Como observa Becker (2005) esse tipo de expansão urbana, guiada por interesses econômicos, não leva em conta as necessidades das populações tradicionais e sua cultura e as necessidades dos ecossistemas locais, resultando em um uso insustentável do solo e na degradação ambiental de recursos hídricos, como a poluição dos rios e a retirada da mata ciliar.

Esse cenário se agrava quando se analisa os argumentos de Dulley (2004), que explora como os conceitos de natureza e meio ambiente são frequentemente negligenciados no processo de urbanização, sendo vistos apenas como recursos disponíveis para exploração, sem uma verdadeira compreensão de sua função ecossistêmica ou de seu valor para as populações locais. No caso de Boa Vista, essa visão fragmentada do meio ambiente se reflete na maneira como os recursos naturais, como a água e a vegetação, são tratados de forma instrumental e desconsiderada nos projetos de urbanização. A ocupação das margens de rios e igarapés, por exemplo, ignora os impactos sobre o equilíbrio ambiental e o bem-estar das populações mais vulneráveis, perpetuando a degradação do território (Pinheiro *et al.*, 2012).

Assim, pode-se afirmar que o planejamento urbano em Boa Vista exemplifica os dilemas da sustentabilidade discutidos pelos autores, e enquanto o discurso de progresso e desenvolvimento ignora as complexidades ambientais e culturais, o modelo atual de urbanização agrava as desigualdades sociais e os impactos ecológicos. A falta de uma abordagem que integre as noções de sustentabilidade, conforme propõe a ecologia política, evidencia a insustentabilidade do processo urbano, reforçando a necessidade de repensar o planejamento urbano de forma mais inclusiva e ambientalmente responsável, que considere não apenas o crescimento econômico, mas também a conservação do meio ambiente e o respeito às dinâmicas territoriais locais (Rodrigues, 2018).

HISTÓRIA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA E CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANEJAMENTO EM RORAIMA

Os temas abordados por Costa *et al.* (2024), Di Gregorio (2024), Guida (2022), Guimarães (2017; 2023), Levis *et al.* (2017), Naísa (2023), Prümers *et al.* (2022), Schmidt *et al.* (2023) e Watling *et al.* (2018) revelam a rica história de ocupação e manejo sustentável ancestral da Amazônia e oferece uma visão integradora do relacionamento entre os povos ancestrais e o meio ambiente. Esses artigos enfatizam que as práticas agrícolas, o uso do solo e a ocupação da Amazônia não são fenômenos novos, mas têm raízes profundas na história da região que desafiam as percepções simplistas de que a Amazônia é um espaço natural intocado ou inabitado.

Watling *et al.* (2018) e Guimarães (2023) exploram como os povos indígenas desenvolveram sistemas agrícolas complexos, que incluíam o cultivo de diversas espécies vegetais e a modificação do solo para aumentar sua fertilidade. Esse manejo foi fundamental para a sobrevivência e o florescimento das populações amazônicas ao longo de milênios. O uso da terra preta – solo fértil oriundo do manejo de resíduos orgânicos e carvão – exemplificado por Schmidt *et al.* (2023) e Naísa (2023), revela como esses povos eram capazes de transformar ambientes em solos produtivos e sustentáveis. Esses conhecimentos contrariam as noções de que a Amazônia não era adequada para a agricultura em grande escala e mostra que os habitantes ancestrais conseguiram manter um equilíbrio entre produção agrícola e preservação ambiental, algo que segue enraizado na cultura de seus descendentes, conforme apresentado nas seções anteriores deste ensaio.

Outra visão particularmente interessante é apresentada por Prümers *et al.* (2022) e Guida (2022), que contraria a ideia de que a Amazônia sempre foi uma região de aldeias dispersas e de baixa densidade populacional. A descoberta de centros urbanos antigos revela que as populações amazônicas desenvolveram sistemas urbanos complexos, adaptados ao ambiente, que incluíam tanto organização espacial quanto técnicas de gestão dos recursos naturais. Dentre os achados, dois assentamentos se destacaram por sua monumentalidade: Cotoca e Landívar, pertencentes à cultura agricultora Carabase que ocupou cerca de 4.500km² da região de Llanos de Mojos, na bacia amazônica da Bolívia entre 500 e 1.400 d.C. Ambos os assentamentos possuíam grandes estruturas de terra e pirâmides com mais de 20m de altura e próximos a eles outros

assentamentos menores foram encontrados, todos conectados por aproximadamente 957km de canais aquíferos e caminhos suspensos. Há ainda vestígios de agricultura e manejo nas proximidades em grande escala, com domesticação de espécies vegetais para atender essa população.

Esses achados comprovam o quão pouco se sabe sobre os povos amazônicos e demonstram a necessidade e importância de preservar esses espaços, que podem nos auxiliar na descoberta e redescoberta de formas de viver em harmonia com o ambiente (Guida, 2022). Práticas de urbanização, profundamente integradas ao ecossistema, se contrapõem ao modelo de urbanização contemporâneo, que frequentemente destrói ou modifica de forma irreversível o ambiente natural. No contexto de Boa Vista, essas práticas ancestrais de urbanização podem servir de inspiração para um planejamento urbano que respeite e se harmonize com a ecologia local, transformando o modelo atual de urbanização, que é pautado por especulação imobiliária, supressão da vegetação ciliar e uso exacerbado dos recursos naturais disponíveis.

A importância das espécies agrícolas introduzidas na Amazônia ao longo dos séculos e o manejo tradicional dos recursos naturais possibilitaram a criação de paisagens produtivas e diversificadas, conforme apresentado por Costa *et al.* (2024), Di Gregorio (2024), Levis *et al.* (2017) e Guimarães (2017), o que reforça que os povos da Amazônia tinham uma relação de cuidado e gestão com o território.

Costa *et al.* (2024) e Di Gregorio (2024) abordam a chegada do milho ao Brasil pela Amazônia e demonstram como essa região serviu de ponto de entrada e difusão de importantes espécies agrícolas, que são amplamente utilizadas atualmente. Os estudos ressaltam que o milho que chegou em terras brasileiras não era completamente domesticado e teve sua origem no México, há 9 mil anos atrás. As trocas de sementes durante as ondas migratórias no continente sul-americano e as etapas de seleção e diversificação, espalharam e modificaram o milho para o que conhecemos hoje, onde 15 das mais de 300 espécies de milho do continente são brasileiras.

Essa troca de espécies agrícolas ao longo de séculos reflete a integração da Amazônia a redes de comunicação e migração que facilitavam a circulação de plantas e práticas agrícolas, enriquecendo a biodiversidade e a segurança alimentar da região. Porém, muitas espécies cultivadas pelos povos tradicionais foram extintas ou correm risco de extinção, devido à introdução de espécies adaptadas às práticas

das indústrias e do agronegócio. A introdução e utilização em larga escala de sementes transgênicas resistentes a agrotóxicos e altamente dependentes de fertilizantes químicos nos levam a uma degradação genética e cultural, que remontam aos tempos da colonização (Oliveira *et al.*, 2023).

Levis *et al.* (2017) e Guimarães (2017) abordam a teoria de que os índios pré-colombianos manejavam a floresta amazônica e sua paisagem bem antes da chegada dos europeus e o que temos atualmente é resultado de séculos de alterações. Uma das evidências que embasa ambos os artigos é a diversidade botânica encontrada perto de sítios arqueológicos onde foram identificadas 85 espécies domesticadas e usadas pelos índios, diferentes das espécies encontradas em outras regiões. A concentração dessas espécies nesses sítios pode ser a chave para localizar e mapear outros assentamentos humanos antigos na Amazônia.

Além da variedade, nota-se a domesticação das espécies por meio da seleção dos frutos, manejo e trocas de sementes com outros povos, mostrando que a agricultura não é inerente a grandes cidades. Outra evidência que corrobora com o argumento é a presença em abundância de terra preta, que sugere uma grande população por um período prolongado. Esse solo fértil não se deteriora com o passar do tempo e das águas e o pH neutro ajuda a preservar vestígios de plantas, cerâmicas e outros indícios da presença humana. Nos geoglifos encontraram evidências de manejo de espécies como bambus e palmeiras, onde as estruturas permitiam a colheita enquanto protegiam as raízes (Guimarães, 2017; Levis *et al.*, 2017).

Segundo Levis *et al.* (2017) e Guimarães (2017), os assentamentos nômades que se instalavam nos arredores e, até mesmo, distantes dos rios, cavavam poços de 8 até 100m de largura para coletar água da chuva, utilizada para a irrigação das plantações – roças. Essa técnica ainda é utilizada atualmente, porém está caindo em desuso devido à contaminação dessa água por defensivos agrícolas. O manejo sustentável da biodiversidade não só fornecia recursos alimentares essenciais para os povos, mas também ajudava a manter o equilíbrio ecológico da floresta, criando paisagens produtivas e resilientes.

Ao conectar os temas dos estudos apresentados por Costa *et al.* (2024), Di Gregorio (2024), Guida (2022), Guimarães (2017; 2023), Levis *et al.* (2017), Naísa (2023), Prümers *et al.* (2022), Schmidt *et al.* (2023) e Watling *et al.* (2018) fica claro que os povos indígenas da Amazônia desenvolveram uma relação de

profunda integração com o ambiente, baseada em práticas sustentáveis de manejo do solo, cultivo de espécies agrícolas e organização espacial. Essa relação desmistifica a ideia de que a Amazônia foi historicamente inexplorada ou intocada e revela um legado de ocupação humana que equilibra a necessidade de produção com a conservação dos recursos naturais. Essas práticas ancestrais oferecem importantes lições para os desafios contemporâneos de desenvolvimento sustentável e podem servir como modelos para repensar as formas de urbanização e uso do solo na atualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar como as forças culturais locais e as influências externas moldaram o processo de urbanização em Boa Vista, Roraima, revelando os conflitos entre práticas tradicionais e o modelo de desenvolvimento urbano capitalista. A análise bibliográfica evidenciou que os povos indígenas da Amazônia desenvolveram sistemas sofisticados de manejo da terra, fundamentados em um profundo respeito pela natureza e capazes de promover o equilíbrio entre produção agrícola e conservação ambiental.

Conforme destacam Philipipi Jr. *et al.* (2000), enfrentar os desafios socioambientais amazônicos exige uma abordagem interdisciplinar que articule saberes da antropologia, ecologia, geografia, ciência do solo e planejamento urbano. Essa integração é essencial para compreender as múltiplas interações entre cultura, território e meio ambiente, e pode promover estratégias de urbanização que incorporem os conhecimentos tradicionais e respeitem a diversidade socioecológica da região. Quando ignoradas, essas conexões resultam em soluções fragmentadas, com impactos ambientais e sociais ainda mais intensos.

Esse contraste torna-se evidente no atual processo de urbanização de Boa Vista, onde o crescimento desordenado, impulsionado pela especulação imobiliária, ignora os saberes tradicionais e aprofunda a degradação dos ecossistemas locais. A retirada da vegetação ciliar, a poluição dos rios e a pressão sobre áreas sensíveis comprometem não apenas a biodiversidade, mas também a qualidade de vida, sobretudo das populações mais vulneráveis. Em escala mais ampla, tais desequilíbrios reverberam em alterações no ciclo hidrológico, nas dinâmicas climáticas e nos modos de vida de

pequenos produtores e povos tradicionais – configurando um verdadeiro efeito dominó.

Ao observar o planejamento urbano da cidade, torna-se claro que ele falha em integrar uma concepção de sustentabilidade compatível com as especificidades ambientais e culturais do bioma amazônico. O uso intensivo e desregulado dos recursos naturais, aliado à marginalização dos saberes tradicionais, reflete um modelo insustentável, cujos efeitos já são visíveis a curto e longo prazo. No entanto, práticas como o cultivo de espécies agrícolas locais, o uso da terra preta e a preservação da fertilidade do solo oferecem referências valiosas para um planejamento urbano mais responsável e inclusivo.

Dessa forma, o legado de ocupação ancestral na Amazônia deve ser considerado na formulação de políticas públicas de urbanização. A cidade de Boa Vista pode – e deve – se beneficiar da incorporação dessas práticas, respeitando tanto o ecossistema local quanto as tradições culturais. Um planejamento urbano que reconheça o valor do conhecimento tradicional e sua relação com o território pode favorecer a construção de uma sociedade mais justa, onde desenvolvimento não signifique destruição, mas integração e harmonia.

Em conclusão, é preciso repensar o desenvolvimento urbano de Boa Vista, e de outras cidades amazônicas, a partir de uma perspectiva que valorize os saberes ancestrais. A sustentabilidade urbana não será alcançada apenas por meio de soluções tecnológicas, mas pela adoção de uma visão holística e interdisciplinar, que articule preservação ambiental, justiça social e respeito à diversidade cultural. O caminho para uma urbanização verdadeiramente sustentável passa por reconectar progresso e ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

O artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado em Recursos Naturais e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através da bolsa de estudo do Programa de Demanda Social – DS (processo nº 88887.004493/2024-00).

FINANCIAMENTO

Bolsa de estudo – Programa de Demanda Social (DS) da CAPES.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>
- BISPO DOS SANTOS, A. Somos da terra. In: CARNEVALLI, F.; REGALDO, F.; LOBATO, P.; MARQUEZ, R.; CANÇADO, W. (org.). **Terra: antologia afro-indígena**. 1. ed. Brasil: São Paulo: Piseagrama | Ubu, 2023. v. 1, p. 8 - 18.
- COSTA, F. M.; VIDAL, R.; SILVA, N. C. A.; VEASEY, E. A.; FREITAS, F. O.; ZUCCHI, M. I. Archaeological findings show the extent of primitive characteristics of maize in South America. **Science Advances**, v. 10, n. 36, 2024. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adn1466>
- DI GREGORIO, E. Milho chegou ao Brasil pela Amazônia ocidental e foi domesticado ao longo de ondas migratórias. **Pesquisa FAPESP**, 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/milho-chegou-ao-brasil-pela-amazonia-ocidental-e-foi-domesticado-ao-longo-de-ondas-migratorias/>. Acesso em: 21 set. 2024.
- DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 15–26, 2004.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 1. ed. Lisboa: Temas e debates, 2003.
- FELIPE, A. S.; MARINI, M. J.; PERONDI, M. A.; SANTOS, G. D. A importância do planejamento urbano para o desenvolvimento sustentável: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 171–191, 2020. <https://doi.org/10.3895/rbpd.v9n2.9172>
- GUIDA, V. Descoberto o mais antigo centro urbano na Amazônia. **Arqueologia e Pré-História**, 2022. Disponível em: <https://arqueologiaeprehistoria.com/2022/06/06/descoberto-mais-antigo-centro-urbano-na-amazonia/>. Acesso em: 21 set. 2024.
- GUIMARÃES, M. Os primeiros agricultores na Amazônia. **Pesquisa FAPESP**, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-agricultores-na-amazonia/>. Acesso em: 21 set. 2024.
- GUIMARÃES, M. Um imenso pomar. **Pesquisa FAPESP**, 2017. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/um-imenso-pomar/>. Acesso em: 21 set. 2024.
- HALL, S. **A identidade cultural pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010 Boa Vista**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022 Boa Vista**, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47–87, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000100004>
- KOPENAWA, D. Gente de perto, gente de longe. In: ALBERT, B.; KOPENAWA, D. (org.). **O espírito da floresta**. 1. ed. Brasil: Companhia das Letras, 2023.
- LARAIA, R. D. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- LEVIS, C.; COSTA, F. R. C.; BONGERS, F.; PEÑA-CLAROS, M.; CLEMENT, C. R.; JUNQUEIRA, A. B.; NEVES, E. G.; TAMANAHA, E. K.; FIGUEIREDO, F. O. G.; SALOMÃO, R. P.; CASTILHO, C. V.; MAGNUSSON, W. E.; PHILLIPS, O. L.; GUEVARA, J. E.; SABATIER, D.; MOLINO, J.-F.; LÓPEZ, D. C.; MENDOZA, A. M.; PITMAN, N. C. A.; DUQUE, A.; VARGAS, P. N.; ZARTMAN, C. E.; VASQUEZ, R.; ANDRADE, A.; CAMARGO, J. L.; FELDPAUSCH, T. R.; LAURANCE, S. G. W.; LAURANCE, W. F.; KILLEEN, T. J.; NASCIMENTO, H. E. M.; MONTERO, J. C.; MOSTACEDO, B.; AMARAL, I. L.; GUIMARÃES VIEIRA, I. C.; BRIENEN, R.; CASTELLANOS, H.; TERBORGH, J.; CARIM, M. J. V.; GUIMARÃES, J. R. S.; COELHO, L. de S.; MATOS, F. D. A.; WITTMANN, F.; MOGOLLÓN, H. F.; DAMASCO, G.; DÁVILA, N.; GARCÍA-VILLACORTA, R.; CORONADO, E. N. H.; EMILIO, T.; FILHO, D. de A. L.; SCHIETTI, J.; SOUZA, P.; TARGHETTA, N.; COMISKEY, J. A.; MARIMON, B. S.; MARIMON, B.-H.; NEILL, D.; ALONSO, A.; ARROYO, L.; CARVALHO, F. A.; DE SOUZA, F. C.; DALLMEIER, F.; PANSONATO, M. P.; DUIVENVOORDEN, J. F.; FINE, P. V. A.; STEVENSON, P. R.; ARAUJO-MURAKAMI, A.; AYMARD, C., G. A.; BARALOTO, C.; DO AMARAL, D. D.; ENGEL, J.; HENKEL, T. W.; MAAS, P.; PETRONELLI, P.; REVILLA, J. D. C.; STROPP, J.; DALY, D.; GRIBEL, R.; PAREDES, M. R.; SILVEIRA, M.; THOMAS-CAESAR, R.; BAKER, T. R.; DA SILVA, N. F.; FERREIRA, L. V.; PERES, C. A.; SILMAN, M. R.; CERÓN, C.; VALVERDE, F. C.; DI FIORE, A.; JIMENEZ, E. M.; MORA, M. C. P.; TOLEDO, M.; BARBOSA, E. M.; BONATES, L. C. de M.; ARBOLEDA, N. C.; FARIAS, E. de S.; FUENTES, A.; GUILLAUMET, J.-L.; JØRGENSEN, P. M.; MALHI, Y.; ANDRADE MIRANDA, I. P.; PHILLIPS, J. F.; PRIETO, A.; RUDAS, A.; RUSCHEL, A. R.; SILVA, N.; VON HILDEBRAND, P.; VOS, V. A.; ZENT, E. L.; ZENT, S.; CINTRA, B. B. L.; NASCIMENTO, M. T.; OLIVEIRA, A. A.; RAMIREZ-ANGULO, H.; RAMOS, J. F.; RIVAS, G.; SCHÖNGART, J.; SIERRA, R.; TIRADO, M.; VAN DER HEIJDEN, G.; TORRE, E. V.; WANG, O.; YOUNG, K. R.; BAIDER, C.; CANO, A.; FARFAN-RIOS, W.; FERREIRA, C.; HOFFMAN, B.; MENDOZA, C.; MESONES, I.; TORRES-LEZAMA, A.; MEDINA, M. N. U.; VAN ANDEL, T. R.; VILLARROEL, D.; ZAGT, R.; ALEXIADES, M. N.; BALSLEV, H.; GARCIA-CABRERA, K.; GONZALES, T.; HERNANDEZ, L.; HUAMANTUPA-CHUQUIMACO, I.; MANZATTO, A. G.; MILLIKEN, W.; CUENCA, W. P.; PANSINI, S.; PAULETTO, D.; AREVALO, F. R.; REIS, N. F. C.; SAMPAIO, A. F.; GIRALDO, L. E. U.; SANDOVAL, E. H. V.; GAMARRA, L. V.; VELA, C. I. A.; TER STEEGE, H.. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, n. 6328, p. 925–931, 2017. <https://doi.org/10.1126/science.aal0157>
- MELO, L. M. de. A formação sociocultural de Boa Vista – Roraima e os povos Macuxi e Wapichana da Cidade: Processos históricos e sentidos de pertencimento. **Textos e Debates**, v. 23, n. 23, p. 115–133, 2013. <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v1i23.2167>
- MELO, L. M. de. Populações indígenas na cidade de Boa Vista-Roraima: dinâmicas sociais e processos de (re)significação identitária em contexto urbano. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais XXIX Reunião Brasileira de Antropologia** [...]. Natal: Associação Brasileira de Antropologia, 2014. v. 1, p. 1–11. Disponível em: http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402014448_ARQUIVO_ArtigoLucianaMeIoABA.pdf. Acesso em: 19 jul. 2025.
- MUNIZ, L. S.; SILVA, V. C.; MARINHO, R. R.; FILIZOLA JUNIOR, N. P. Análise multitemporal da seca de 2016 no Rio Branco: uma avaliação preliminar da variabilidade

- hidrológica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 18., 2017, Santos-SP. **Anais Eletrônicos do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto** [...]. São José dos Campos: INPE, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/sbsr/trabalhos/analise-multitemporal-da-seca-de-2016-no-rio-branco-uma-avaliacao-preliminar-da?lang=pt-br>. Acesso em: 4 jul. 2024.
- NAÍSA, L. Menos dúvida sobre a origem da terra preta amazônica. **Pesquisa FAPESP**, 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/menos-duvidas-sobre-a-origem-da-terra-preta-amazonica/#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,sedimentos%20da%20cordilheira%20dos%20Andes>. Acesso em: 21 set. 2024.
- OLIVEIRA, G.; PINHO, R. C.; ALMEIDA, L. F. P.; ALFAIA, S. S.; LAURIOLA, V. M. Agrobiodiversidade e segurança alimentar na comunidade Napoleão, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Roraima. In: BARROS, F. B.; CORREIRA, J.; PETRANTONIO, M.; BARRERA-BASSOLS, N.; KUBO, R. (org.). **Agroecologia e povos tradicionais na América Latina e Caribe**. 1. ed. Brasília: Embrapa, 2023. v. 6, p. 253–283.
- PHILIPPI JR., A.; TUCCI, C. E. M.; HOGAN, D. J.; NAVEGANTES, R. **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.
- PINHEIRO, M. N. M.; NEVES, C. R. L.; FALCÃO, M. T.; OLIVEIRA, S. K. S. O padrão urbano como determinante do grau de risco das áreas ocupadas nas proximidades do rio Cauamé: praia da Ponte, do Curupira, da Polar e do Caçari. **Revista Geonorte**, v. 3, n. 4, p. 880–889, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1882>. Acesso em: 19 jul. 2025.
- PRÜMERS, H.; BETANCOURT, C. J.; IRIARTE, J.; ROBINSON, M.; SCHAICH, M. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, v. 606, n. 7913, p. 325–328, 2022. <https://doi.org/10.1038/s41586-022-04780-4>
- RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano - agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 234.
- SANDER, C.; WANKLER, F. L.; EVANGELISTA, R. A. O.; MORAGA, C. H.; TEIXEIRA, J. F. S. Cheias do rio Branco e eventos de inundação na cidade de Boa Vista, Roraima. **ACTA Geográfica**, v. 6, n. 12, p. 41–57, 2012. <https://doi.org/10.5654/acta.v6i12.730>
- SANTILLI, P. Pimenta nos olhos. In: RICARDO, B.; RICARDO FANY (org.). **Povos indígenas do Brasil: 2006 - 2010**. 1. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 257–259.
- SCHMIDT, M. J.; GOLDBERG, S. L.; HECKENBERGER, M.; FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B.; WATLING, J.; LIMA, H.; MORAES, B.; DORSHOW, W. B.; TONEY, J.; KUIKURO, Y.; WAURA, K.; KUIKURO, H.; KUIKURO, T. W.; KUIKURO, T.; KUIKURO, Y.; KUIKURO, A.; TEIXEIRA, W.; ROCHA, B.; HONORATO, V.; TAVARES, H.; MAGALHÃES, M.; BARBOSA, C. A.; DA FONSECA, J. A.; MENDES, K.; ALLEONI, L. R. F.; CERRI, C. E. P.; ARROYO-KALIN, M.; NEVES, E.; PERRON, J. T. . Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon. **Science Advances**, v. 9, n. 38, 2023. <https://doi.org/10.1126/sciadv.adh8499>
- SILVEIRA, R. Um exame da organização textual de ensaios científicos. **Revista Estudos Linguísticos**, n. 11, p. 1244–1252, 1992.
- WATLING, J.; SHOCK, M. P.; MONGELÓ, G. Z.; ALMEIDA, F. O.; KATER, T.; DE OLIVEIRA, P. E.; NEVES, E. G. Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. **PLOS ONE**, v. 13, n. 7, 2018. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0199868>

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Raíssa Fim Almeida: pesquisa; redação do manuscrito original; Rachel Camargo de Pinho: conceitualização; supervisão; Meire Joisy Almeida Pereira: conceitualização; supervisão.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.